

MINISTÉRIO DO ESPORTE



Centro de Iniciação ao Esporte
Municípios Selecionados

Principais tipologias de problemas em
obras públicas de edificações

1º Workshop Técnico CIE-2017

Brasília – Março/2017

Assessoria Especial de Controle Interno/ME

Sumário

- 1) Atuação da CGU nos Municípios – FEF
- 2) Atuação do TCU nos Municípios
- 3) Considerações Gerais
- 4) Principais tipologias de problemas observados pela CGU em obras de edificação
- 5) Estudo de Caso
- 6) Principais tipologias de problemas observados pelo TCU em obras

Sumário

- 1) Atuação da CGU nos Municípios – FEF**
- 2) Atuação do TCU nos Municípios
- 3) Considerações Gerais
- 4) Principais tipologias de problemas observados pela CGU em obras de edificação
- 5) Estudo de Caso
- 6) Principais tipologias de problemas observados pelo TCU em obras

Atuação da CGU nos Municípios – FEF

Antecedentes:

O Programa de Fiscalização em Entes Federativos também engloba a metodologia de escolha por Sorteios. Essa iniciativa, que visa inibir a corrupção entre gestores de qualquer esfera da administração pública, vem sendo aplicada desde abril de 2003.

Por meio do então Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos, a CGU utilizava o mesmo sistema das loterias da Caixa Econômica Federal para definir, de forma isenta, as áreas a serem fiscalizadas quanto ao correto uso dos recursos públicos federais.

- 1º Sorteio em 03/04/2003
- 40º Sorteio em 02/02/2015

Atuação da CGU nos Municípios – FEF

Atualmente:

A partir de 2015, o programa foi aprimorado e rebatizado de Programa de Fiscalização em Entes Federativos, com organização por ciclos, e agregação de outras formas de seleção na definição dos entes a serem fiscalizados, como Censo e Matriz de Vulnerabilidade.

A forma de seleção por Matriz de Vulnerabilidade permite à CGU identificar potenciais fragilidades na aplicação dos recursos públicos federais repassados a Estados, Municípios e ao Distrito Federal.

Cada ente federativo recebe uma nota, a partir de indicadores agrupados em quatro dimensões: Desenvolvimento Econômico-Social, Materialidade, Transparência e Controle.

Os indicadores são elaborados a partir de dados existentes em sistemas de informação governamentais e de informações produzidas pela CGU. A escolha dos temas a serem fiscalizados nos entes federativos considera a pontuação obtida em cada indicador.



Centro de Iniciação ao Esporte

Atuação da CGU nos Municípios – FEF

Atuação em todo o território nacional



MINISTÉRIO DO
ESPORTE



Atuação da CGU nos Municípios – FEF

AUDITORIAS DO MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO –CGU

- Objetivo

Uso de recursos públicos federais

- Publicidade das auditorias

Programa FEF: Verifica a regularidade da aplicação de recursos públicos federais descentralizados para os Estados, Distrito Federal e Municípios. Os entes são selecionados de forma aleatória, censitária (Estados e DF) e mediante matriz de vulnerabilidade

Matriz de vulnerabilidade: fórmula que utiliza cálculos matemáticos e estatísticos de diversos indicadores para identificar os municípios que apresentam riscos mais elevados de ineficácia na aplicação de recursos públicos federais

Atuação da CGU nos Municípios – FEF

QUANTIDADE DE FISCALIZAÇÕES MUNICIPAIS EM 14 ANOS PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO

Nordeste	Fiscalizações
Alagoas	52
Bahia	180
Ceará	114
Maranhão	90
Paraíba	91
Pernambuco	98
Piauí	89
Rio Grande do Norte	97
Sergipe	51
Centro-Oeste	Fiscalizações
Goiás	105
Mato Grosso	65

Norte	Fiscalizações
Acre	18
Amapá	22
Amazonas	37
Pará	102
Rondônia	31
Roraima	19
Tocantins	54
Sudeste	Fiscalizações
Espírito Santo	43
Minas Gerais	252
Rio de Janeiro	68



Sul	Fiscalizações
Paraná	127
Rio Grande do Sul	164

Sumário

- 1) Atuação da CGU nos Municípios – FEF
- 2) Atuação do TCU nos Municípios**
- 3) Considerações Gerais
- 4) Principais tipologias de problemas observados pela CGU em obras de edificação
- 5) Estudo de Caso
- 6) Principais tipologias de problemas observados pelo TCU em obras

Atuação do TCU nos Municípios

FISCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (CF, art. 71, VI)

CONTROLE EXTERNO

O Tribunal de Contas da União (TCU), apesar de não julgar as contas anualmente prestadas pelos Municípios, tem competência para fiscalizar os recursos federais transferidos aos municípios, **especialmente por meio de convênios.**

Sumário

- 1) Atuação da CGU nos Municípios – FEF
- 2) Atuação do TCU nos Municípios
- 3) Considerações Gerais**
- 4) Principais tipologias de problemas observados pela CGU em obras de edificação
- 5) Estudo de Caso
- 6) Principais tipologias de problemas observados pelo TCU em obras



Considerações Gerais

RECORTE

- Oportunidades de melhoria identificadas pela atuação da CGU
- Contribuições aos gestores visando à entrega de **políticas públicas eficazes e de qualidade ao cidadão**

IMPORTANTE FRISAR

- Obra não é um fim em si mesmo
- Toda obra é parte de uma política pública
- Mesmo as políticas de infraestrutura não se resumem apenas a obra



Considerações Gerais

RESULTADO PRÁTICO

- Avaliações da CGU demonstram que muitas obras concluídas não tem **efetividade**
- Não são raros os exemplos de escolas, creches ou hospitais que não estão operando mesmo após concluídos, seja pela ausência de professores e médicos, seja pela indisponibilidade de equipamentos, seja por ambos.

SEMINÁRIO CGU – SET/2015

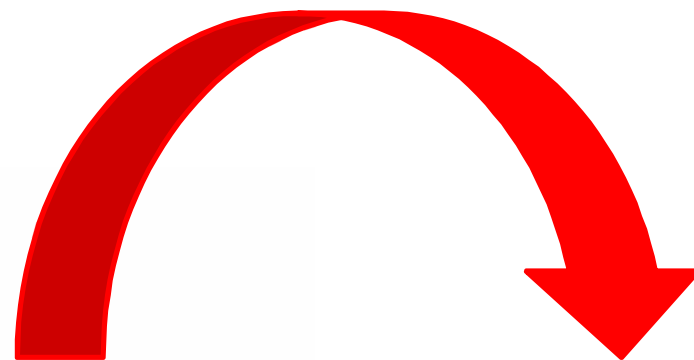
- Troca de experiências e discussão sobre possíveis oportunidades de melhoria no desenho das políticas de transferência de recursos aos Estados e Municípios
- DEPEN/MJ enfatizou que o valor de implantação de uma penitenciária equivale ao valor de custeio de 3 a 5 anos



Considerações Gerais

TRIÂNGULO DE FERRO

Mantra



Necessidade
de adequada
formalização
documental

Considerações Gerais

DOIS BLOCOS DE TEMAS CENTRAIS

Permeiam tanto os problemas como as soluções possíveis para o aperfeiçoamento e consecução de obras concluídas de acordo com suas premissas originais.

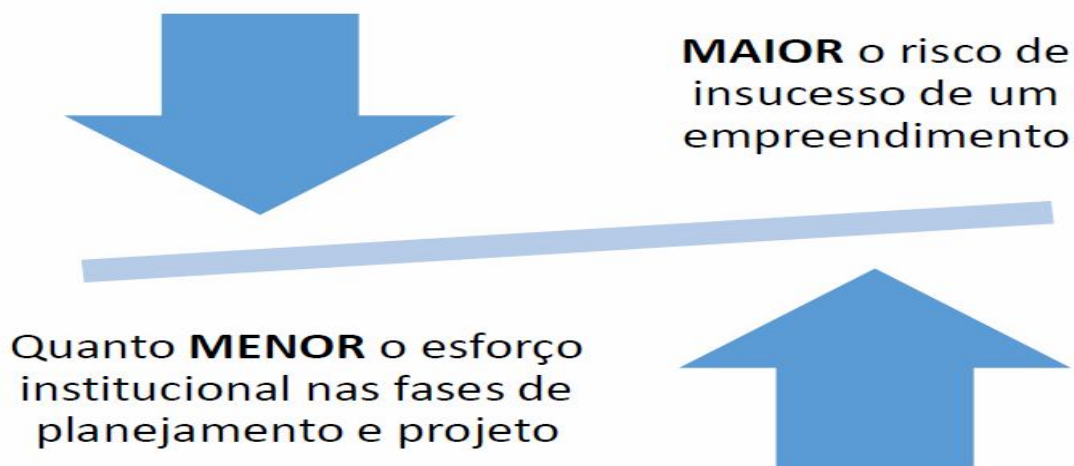
PLANEJAMENTO/ PROJETO	ACOMPANHAMENTO / FISCALIZAÇÃO	OBRA
OK	OK	OK
OK	X	X
X	OK	X
X	X	X



Considerações Gerais

PRIMEIRO BLOCO: PLANEJAMENTO/PROJETO

- Levantar **discussões** e **reflexões** sobre a necessidade de atualizar e ampliar abordagens
- Tanto a **literatura especializada** em engenharia quanto a **prática histórica vivenciada pela CGU** em suas fiscalizações e auditorias demonstram que:



Considerações Gerais

PRIMEIRO BLOCO: PLANEJAMENTO/PROJETO

- Em que pese louváveis iniciativas individualizadas, impera, como regra, a desarticulação entre políticas setoriais e seus respectivos planos e programas com o planejamento consignado nos instrumentos de nosso ciclo orçamentário (PPAs, LDOs e LOAs).
- Os planos necessitam de revisão periódica, em prazo não superior a 4 anos, anteriormente à elaboração do PPA, e de avaliação anual com base em indicadores de monitoramento, de resultado e de impacto previstos no próprio Plano.



Considerações Gerais

PRIMEIRO BLOCO: PLANEJAMENTO/PROJETO

- **Resolução CNJ 114/2010** - estabelece para o judiciário a obrigatoriedade da elaboração de Planos de Obras a partir do seu programa de necessidades.
- A formação de uma **carteira de projetos** a partir desse regramento possibilita a priorização de alocação de recursos para empreendimentos considerados estratégicos.
- Necessidade da construção de mecanismos de articulação institucional que facilitem a integração entre os órgãos licenciadores no campo ambiental, indígena e do patrimônio.
- **PL 3729/2004** – Lei do Licenciamento - iniciativa que requer priorização haja vista a amplitude de normativos infralegais.

Considerações Gerais

PRIMEIRO BLOCO: PLANEJAMENTO/PROJETO

- Aspecto conceitual – a elaboração de um projeto envolve a sequenciação de fases e que as mesmas guardam correspondência lógica entre si.

- 6 fases de um Projeto

I. Programa de Necessidades

II. Estudos Preliminares (EVTEA)

III. Anteprojeto

IV. Projeto Básico

V. Projeto Executivo

VI. Projeto "As built"

- Atribuir somente ao projeto básico o ônus pelo insucesso é um **erro de diagnóstico**, visto que suas deficiências e inconsistências são originadas nas fases anteriores.

Considerações Gerais

PRIMEIRO BLOCO: PLANEJAMENTO/PROJETO

- Especificamente para os empreendimentos realizados via **contratos de repasse** – fragilidades nos critérios que constituem a metodologia de seleção.
- As pastas transferidoras de recursos OGU, especialmente os da rubrica PAC, alocam significativas quantias no financiamento de empreendimentos cujos projetos são inaptos.

Considerações Gerais

SEGUNDO BLOCO: **ACOMPANHAMENTO/FISCALIZAÇÃO**

- A falta de um sistema integrado de acompanhamento centralizado de informações sobre todas as obras de engenharia e serviços custeados com o orçamento do governo federal.
- Reunião de um conjunto de informações necessárias ao acompanhamento de cada obra, proporcionando um **instrumento de gestão e controle** da administração pública.
- Sistema se constitui em uma **ferramenta** de promoção e incremento da **transparência** e conseqüente **controle social**.
- **Externalidade positiva** para a Integridade da Administração - mecanismo indutor para que os gestores ajam com responsabilidades.

Considerações Gerais

SEGUNDO BLOCO: **ACOMPANHAMENTO**/FISCALIZAÇÃO

- O PLS 439/2009 – excelente iniciativa legislativa (arquivada em 26/12/2014)

- A criação de um cadastro centralizado de informações sobre todas as obras de engenharia e serviços custeados com o orçamento do governo federal.

- O efetivo acompanhamento e fiscalização da execução das obras, visando evitar atrasos (**desvios de agenda**) e assim mitigar o risco de paralisações e abandonos, deverá estar intrinsecamente atrelado à utilização de

I. Metodologias e softwares de gerenciamento de projetos

II. Cumprimento de rígidas programações mensais de vistorias in loco pelos fiscais

Considerações Gerais

CONCLUSÃO

- O somatório dessas inconsistências apresentadas levam ao resultado de insucesso das obras (paralisação).
- **Alerta:** na engenharia não há soluções de prateleira e a história demonstra que não logrou êxito a ampliação/generalização de soluções específicas para determinadas tipologias de obras, cito o PAC e a contratação integrada.

Sumário

- 1) Atuação da CGU nos Municípios – FEF
- 2) Atuação do TCU nos Municípios
- 3) Considerações Gerais
- 4) Principais tipologias de problemas observados pela CGU em obras de edificação**
- 5) Estudo de Caso
- 6) Principais tipologias de problemas observados pelo TCU em obras

Principais tipologias de problemas observados pela CGU em obras de edificação

A seguir são apresentadas algumas de várias tipologias de irregularidades identificadas em fiscalizações de obras e serviços de engenharia apontadas pela CGU. O objetivo é alertar os gestores para que promovam criterioso acompanhamento de todas as etapas concernentes à realização de obra pública, primando pela correta utilização dos escassos recursos públicos existentes.



Centro de Iniciação ao Esporte

PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO EM ENTES FEDERATIVOS

estados, DF e municípios

Educação

Proinfância: Construção de creches e pré-escolas.

Principais achados

Total de 14
Fiscalizações

Obras paralisadas e abandonadas;

Falhas de execução nas obras;

Não adoção do sistema referencial de custos – SINAPI;

Superfaturamento decorrente de medição de serviços não-executados ou medidos em quantidades superiores às efetivamente executadas;

Superdimensionamento dos valores orçados resultando no sobrepreço nos valores contratados.



OS: 201602292;

Constatação: Obra paralisada

Local: Município de Sobrado/PB;

Data da Foto: 16/08/2016

Centro de Iniciação ao Esporte

PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO EM ENTES FEDERATIVOS

estados, df e municípios

Saúde

Total de (Ação 12L5):
13 Municípios

Ação: 12L5 - Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS

- Atraso no cronograma de construção de Unidade Básica de Saúde (UBS); obra inconclusa e em situação de abandono (em 4 dos 13 municípios fiscalizados – 30,7%);

Ocorrência: Pinhal da Serra/RS



Exemplo de Constatação:

Execução de escadaria sem utilidade em projeto de ampliação de Unidade Básica de Saúde (UBS) Centro.



Centro de Iniciação ao Esporte

PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO EM ENTES FEDERATIVOS

estados, df e municípios

Esporte

Total de:
7 Fiscalizações
R\$ 23,5 milhões



Obra paralisada – CIE São
Gonçalo/RJ



Obra não iniciada – CIE
Valparaíso de Goiás/GO

Ação 14TR – Implantação dos Centros de Iniciação ao Esporte (CIE)

- Atrasos na implantação dos cinco Centros de Iniciação ao Esporte fiscalizados, sendo quatro obras não iniciadas e uma obra paralisada.
- Ocorrência de sucessivas prorrogações de prazo dos Termos de Compromisso (TC), sendo que para a obra no Município de Marituba/PA não consta aditivo de prorrogação de prazo do TC apesar de ser tratado pela CAIXA como ainda vigente.

Ocorrência: Abreu e Lima/PE (não iniciado), Marituba/PA (não iniciado), São Gonçalo/RJ (paralisado), São José dos Pinhais/PR (não iniciado), Valparaíso de Goiás/GO (não iniciado).

- **Superfaturamento e sobrepreço**

Ocorrência: São Gonçalo/RJ

<http://auditoria.cgu.gov.br/public/relatorio/consultar.jsf?rel=9035>

Ação 5450 – Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - Construção de Quadra Poliesportiva Descoberta

- Atraso na execução da obra, com paralisação dos serviços, e deficiências no projeto

Ocorrência: Maruim/SE

Centro de Iniciação ao Esporte

PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO EM ENTES FEDERATIVOS

estados, *dfe* e municípios

Turismo

Total de:
13 Fiscalizações em
R\$ 242 milhões



Obra paralisada, Guararema/SP



Atraso na execução da obra,
Encantado/RS

Ação 10V0/0564: Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística

Paralisação de obras

Ocorrência: Reserva do Cabaçal/MT, Guararema/SP, Aldeias Altas/MA

Impropriedades no procedimento licitatório

Ocorrência: Encantado/RS, Reserva do Cabaçal/MT, Nova Lima/MG, Teolândia/BA, Maragogi/AL

Atrasos na execução da obra

Ocorrência: São Paulo/SP, Encantado/RS, Teolândia/BA, Maragogi/AL

Centro de Iniciação ao Esporte

PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO EM ENTES FEDERATIVOS

estados, df e municípios

Cultura

Centro de Artes e
Esportes
Unificados (CEU)

1 fiscalização em
R\$ 2.598.715,93

- Contrato de Repasse nº 671809 (Campina Grande/PB) – Construção do CEU de Campina Grande/PB 78,8% concluída mas com atraso superior a 1.000 dias. Falhas na execução contratual.



Estudo de Caso - Auditoria em obras de edificação, GAP e PAV

- ✓ Trata-se de auditoria realizada em decorrência do sorteio de município.
- ✓ O foco do trabalho foi a auditoria de obras, abrangendo escolas, unidades habitacionais, centros comunitários, galerias de águas pluviais e pavimentação.
- ✓ Procedimento empregado: análise dos itens que se enquadram dentro do percentual de 80% (oitenta) do valor da obra (faixa A da curva ABC).

Estudo de Caso - Auditoria em obras de edificação, GAP e PAV (cont.)

LOTE 1 - MONTANTE DE RECURSOS FINANCEIROS:

R\$ 5.577.879,31

VALOR TOTAL DAS OBRAS FISCALIZADAS: R\$ 5.312.120,26

OBJETO: Canteiro de Obras/Placa da Obra, 73 Casas Populares, Pavimentação de Obras Viárias, Galerias de Águas Pluviais, Drenagem Superficial – Meio-fios, 01 Escola e 01 Centro Comunitário.

SITUAÇÃO: Totalmente executada, exceto as Casas Populares que estavam em andamento.

Estudo de Caso - Auditoria em obras de edificação, GAP e PAV (cont.)

DESCRIÇÃO DAS OBRAS AUDITADAS LOTE 1	VALOR NO ORÇAMENTO
Canteiro de Obras/Placa da Obra	R\$ 734.163,14
Escola	R\$ 593.000,26
Centro Comunitário	R\$ 217.349,88
73 Unidades Habitacionais	R\$ 1.677.901,35
Pavimentação de Obras Viárias	R\$ 1.030.449,78
Galerias de Águas Pluviais	R\$ 882.028,15
Drenagem Superficial – Meio-fios	R\$ 177.227,70
VALOR TOTAL DAS OBRAS FISCALIZADAS	R\$ 5.312.120,26

Estudo de Caso - Auditoria em obras de edificação, GAP e PAV (cont.)

LOTE 2 - MONTANTE DE RECURSOS FINANCEIROS:

R\$ 25.964.399,63

VALOR TOTAL DAS OBRAS FISCALIZADAS: R\$ 9.429.706,39

OBJETO: 01 Escola, 01 Centro Comunitário e 375 Casas Populares

SITUAÇÃO: Obras paralisadas, mas parte já executado.

DESCRIÇÃO DAS OBRAS AUDITADAS LOTE 2	VALOR NO ORÇAMENTO
Escola	R\$ 593.000,26
Centro comunitário	R\$ 217.349,88
375 unidades habitacionais	R\$ 8.619.356,25
VALOR TOTAL DAS OBRAS FISCALIZADAS	R\$ 9.429.706,39

Estudo de Caso: ESCOLA – R\$ 593.000,26

- ✓ Análise da existência de sobrepreço - **Responsabilidade da Administração.**
- ✓ A seguir, apresenta-se apenas alguns serviços da amostra selecionada a partir da curva ABC:

SERVIÇO	UNID.	QUANT. LIC.	PREÇO UNIT. LIC. (R\$)	PREÇO TOTAL LIC. (R\$)
Estrutura em aço tipo USI SAC-300	kg	18.620,00	5,13	95.520,60
Alvenaria tijolo laminado 1/2 vez	m ²	1.215,50	43,33	52.667,62
Muro tijolo furado 1/2 vez chap. c/ pedrisco h=2 m	m	390,00	109,46	42.689,40
Esquadria metalon veneziana c/ferragens	m ²	99,80	253,77	25.326,25
Porta de alumínio anodiz. veneziana c/ ferragem (m.o.fab.inc.mat.)	m ²	27,30	369,13	10.077,25

Centro de Iniciação ao Esporte

Estudo de Caso: ESCOLA – R\$ 593.000,26



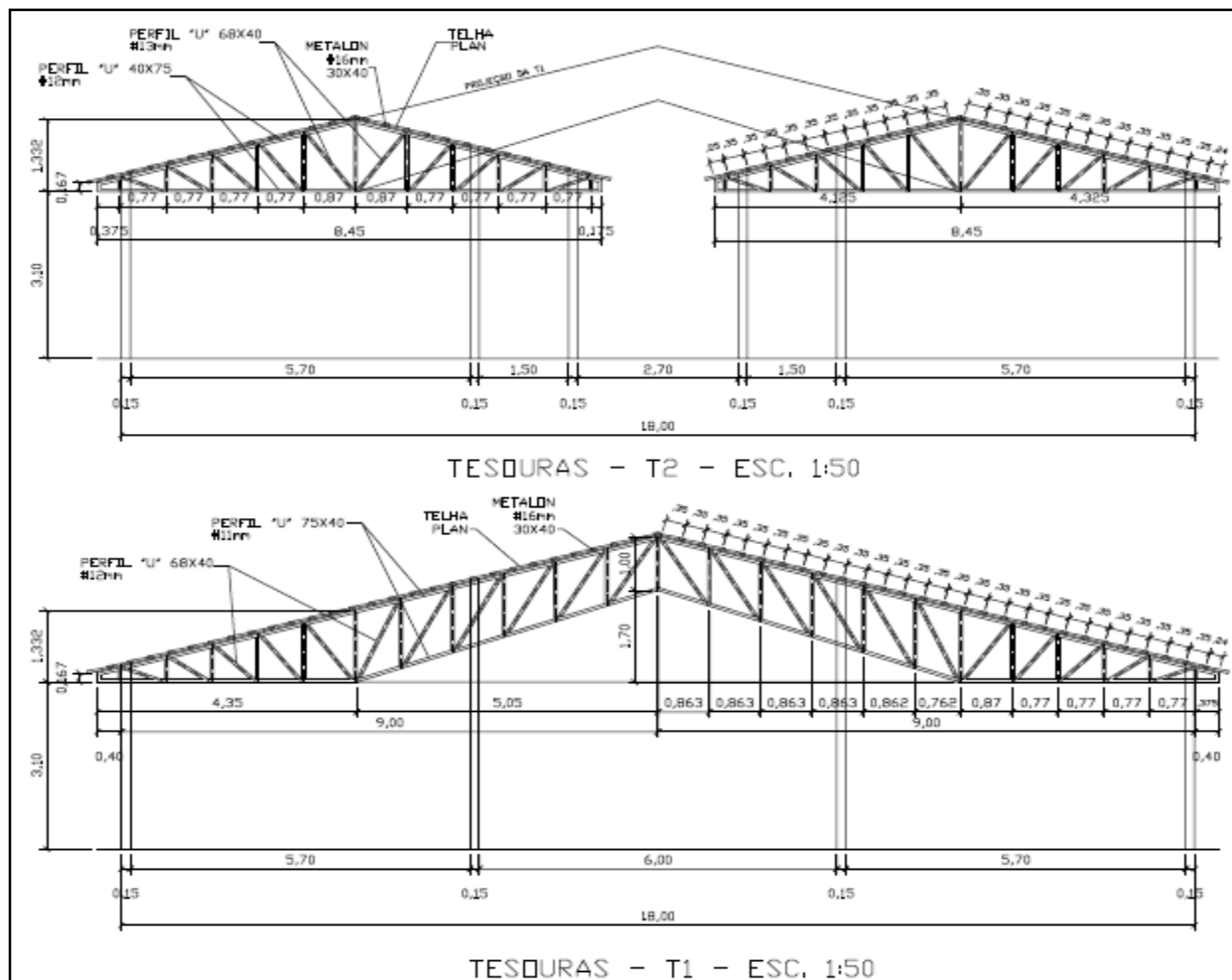
Estudo de Caso: ESCOLA – R\$ 593.000,26



Estudo de Caso: ESCOLA – R\$ 593.000,26



Estudo de Caso: ESCOLA – R\$ 593.000,26



Estudo de Caso: ESCOLA – R\$ 593.000,26

✓ Considerações iniciais:

- existência de projeto básico consistente (desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza)
- soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem;
- identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações;
- orçamento detalhado; e
- obra executada **com qualidade.**

Estudo de Caso: ESCOLA – R\$ 593.000,26

- ✓ Avaliação do Orçamento.
- ✓ Qual a composição do SINAPI considerada correspondente ao serviço selecionado:

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO NO ORÇAMENTO		SERVIÇO NO SINAPI DATA-BASE: DEZ/2007	
Estrutura em aço tipo USI SAC-300	kg	Nacional 25624/3	Estrutura metálica p/ galpões vão de 12,00m em pórticos em treliça de aço fornecimento montagem e pintura anticorrosiva.
Alvenaria tijolo laminado 1/2 vez	m ²	Nacional 24586/1	Alvenaria tijolo laminado (aparente) 1/2vez - 100.602.
Muro tijolo furado 1/2 vez chap. c/ pedrisco h=2 m	m	Extra Sinapi	Composição TCPO 02.821.2.1 ajustada para tijolo cerâmico e altura de 2m, com insumos Sinapi.
Esquadria metalon veneziana c/ferragens	m ²	Regional 41435	Esquadria metalon veneziana c/ ferragens – 180203.
Porta de alumínio anodiz. veneziana c/ ferragem (m.o.fab.inc.mat.)	m ²	Nacional 68588/2	Porta alumínio abrir tipo veneziana c/1 ou 2 folhas.

Estudo de Caso: ESCOLA – R\$ 593.000,26

✓ Sobrepço no presente exemplo acima: R\$ 6.440,34:

SERVIÇO NO ORÇAMENTO	UNID.	QUANT. LIC.	PREÇO UNIT. LIC. (R\$)	PREÇO TOTAL LIC. (R\$)	PREÇO UNIT. SINAPI (R\$)	PREÇO TOTAL SINAPI (R\$)
Estrutura em aço tipo USI SAC-300	kg	18.620,0	5,13	95.520,60	9,10	169.442,00
Alvenaria tijolo laminado 1/2 vez	m ²	1.215,5	43,33	52.667,62	45,76	55.624,32
Muro tijolo furado 1/2 vez chap. c/ pedrisco h=2 m	m	390,0	109,46	42.689,40	283,75	110.660,82
Esquadria metalon veneziana c/ ferragens	m ²	99,8	253,77	25.326,25	189,24	18.885,90
Porta de alumínio anodiz. veneziana c/ ferragem (m.o.fab.inc.mat.)	m ²	27,30	369,13	10.077,25	544,11	14.854,27

Estudo de Caso: ESCOLA – R\$ 593.000,26

- ✓ Na auditoria, obteve-se o sobrepreço de R\$ 11.039,43, (sobrepreço em mais dois serviços além da esquadria do exemplo apresentado): responsabilidade da Administração.
- ✓ **BAIXA MATERIALIDADE!**
- ✓ Seria necessário continuar ???
- ✓ Faltou alguma análise ???

Estudo de Caso: ESCOLA – R\$ 593.000,26

- ✓ Análise do que realmente foi construído.
- ✓ Determinação de eventual superfaturamento decorrente:
 - do sobrepreço apontado anteriormente; e
 - de superestimativa.

Estudo de Caso: ESCOLA – R\$ 593.000,26

- ✓ Necessidade de ajuste das composições de referência ao serviço efetivamente realizado.

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO NO ORÇAMENTO		SERVIÇO EXECUTADO (correspondente no SINAPI) DATA-BASE: DEZ/2007		MUDOU?
Estrutura em aço tipo USI SAC-300	kg	Sinapi Nac. 25624/3	Estrutura metálica p/ galpões vão de 12,00m em pórticos em treliça de aço fornecimento montagem e pintura anticorrosiva.	NÃO
Alvenaria tijolo laminado 1/2 vez	m ²	Sinapi Nac. 24586/1	Alvenaria tijolo laminado (aparente) 1/2vez - 100.602.	NÃO
Muro tijolo furado 1/2 vez chap. c/ pedrisco h=2 m	m	Extra Sinapi	Composição TCPO 02.821.2.1 ajustada para tijolo cerâmico e altura de 2m, com insumos Sinapi.	NÃO
Esquadria metalon veneziana c/ferragens	m ²	Sinapi Reg. 41435	Esquadria metalon veneziana c/ ferragens – 180203.	NÃO
Porta de alumínio anodiz. veneziana c/ ferragem (m.o. fab .inc. mat.)	m ²	Nacional 6131	Porta de ferro toda em veneziana c/ aduela, ferragens e fechadura	SIM. Por que?

Estudo de Caso: ESCOLA – R\$ 593.000,26

- ✓ Na auditoria, obteve-se o superfaturamento decorrente de sobrepreço de R\$ 17.497,36, (superfaturamento em mais três serviços além da esquadria e da porta do exemplo apresentado): responsabilidade da Administração.
- ✓ **BAIXA MATERIALIDADE!**
- ✓ Novamente, seria necessário continuar???
- ✓ Faltou alguma análise???

Estudo de Caso: ESCOLA – R\$ 593.000,26



Estudo de Caso: ESCOLA – R\$ 593.000,26

10.1 ESTRUTURA EM AÇO TIPO USI SAC-300 - EXECUTADO																
Tesoura	Perfil	Local	h (mm)	b (mm)	d (mm)	Chapa #	e (mm)	Área (m²)	Peças (unid.)	Comp. Unit. (m)	Compr. Total (m)	Volume (m³)	Peso Esp. (kgf/m³)	Peso (kg)	Nº de Tesouras	Peso Total (kg)
T1	PERFIL U – 75x35 #13	Banzo Superior	75	35	-	13	2,28	0,000320	2	9,22	18,44	0,005905	7.850	46,35	17	788
	PERFIL U – 75x35 #13	Banzo Inferior	75	35	-	13	2,28	0,000320	2	9,22	18,44	0,005905	7.850	46,35		788
	PERFIL U – 65x30 #13	Diagonais	65	30	-	13	2,28	0,000275	2	13,70	27,4	0,007524	7.850	59,06		1.005
	PERFIL U – 75x35x15 #13	Beiral	75	35	15	13	2,28	0,000383	4	0,62	2,48	0,000950	7.850	7,46		127
	METALON 50x30x1,20	Perna	50	30	-	-	1,20	0,000186	4	9,22	36,88	0,006869	7.850	53,92	2	108
	METALON 40x20x1,06	Terças	40	20	-	-	1,06	0,000123	52	34,50	1.794,00	0,220142	7.850	1.728,1	1	1.729
T2	PERFIL U – 100x35x17 #13	Banzo Superior	100	35	17	13	2,28	0,000444	8	4,60	36,8	0,016351	7.850	128,36	9	1.156
	PERFIL U – 100x35x17 #13	Colunas*	100	35	17	13	2,28	0,000444	12	2,65	31,8	0,014130	7.850	110,92		999
	PERFIL U – 100x35 #13	Diagonais	100	35	-	13	2,28	0,000367	4	1,90	7,6	0,002788	7.850	21,88		197
	METALON 50x30x1,20	Terças	50	30	-	-	1,20	0,000186	4	16,50	66,00	0,012292	7.850	96,49	1	97
	METALON 40x20x1,06	Terças	40	20	-	-	1,06	0,000123	54	16,50	891,00	0,109335	7.850	858,28	1	859
	METALON 50x30x1,20	Perna	50	30	-	-	1,20	0,000186	4	4,60	18,40	0,003427	7.850	26,90	1	27
	PERFIL U – 250x35x20 #12	Contrafrechal	250	35	20	12	2,66	0,000929	2	16,00	32,00	0,029738	7.850	233,44	1	234

8.114

Diferença com o medido

-10.506

Diferença em R\$

-R\$ 53.895,78

Estudo de Caso: ESCOLA – R\$ 593.000,26

- ✓ Verificou-se que os quantitativos previstos no orçamento estavam superestimados em relação ao próprio projeto;

Quant. da Estrutura Metálica:

- Orçamento: **18.620 kg**
- Projeto: **9.597 kg** (trabalho no escritório)
- Executado: **8.114 kg**
(levantamento em campo e cálculo no escritório)

- ✓ Após estudo do projeto básico na preparação dos trabalhos de auditoria, constatou-se na visita à obra que a estrutura metálica da escola tinha sido alterada (menos 1.483 kg).

Estudo de Caso: ESCOLA – R\$ 593.000,26

- ✓ Superfaturamento decorrente de Superestimativa no presente exemplo: **R\$ 89.773,15.**

SERVIÇO NO ORÇAMENTO	UNID.	QUANT. LIC.	QUANT. EXEC.	SUPERESTI-MATIVA	PREÇO UNIT. DE REF. (R\$)	SUPERFAT.
Estrutura em aço tipo USI SAC-300	kg	18.620,0	8.114,0	10.506,0	5,13	53.895,78
Alvenaria tijolo laminado 1/2 vez	m ²	1.215,5	1.031,36	184,14	43,33	7.978,84
Muro tijolo furado 1/2 vez chap. c/ pedrisco h=2 m	m	390,0	167,68	222,32	109,46	24.335,15
Esquadria metalon veneziana c/ ferragens	m ²	99,8	80,22	19,58	189,24	3.705,32
Porta de alumínio anodiz. veneziana c/ ferragem (m.o.fab.inc.mat.)	m ²	27,30	28,56	-1,26	144,35	-181,88

* - Preço de referência = menor preço entre "Preço Unit. Lic." e "Preço Unit. SINAPI". (efeito quantidade)

Estudo de Caso: ESCOLA – R\$ 593.000,26

- ✓ Na auditoria, obteve-se o superfaturamento decorrente de superestimativa de **R\$ 187.712,64**, (superfaturamento em mais 22 serviços além dos apresentados no exemplo): Responsabilidade da Contratada e da Administração.
- ✓ **ALTÍSSIMA MATERIALIDADE!**
- ✓ Ao adicionar a parcela de superfaturamento decorrente de sobrepreço (de R\$ 17.497,36), obteve-se o montante de **R\$ 205.201,00**, o que representa **34,6%** do valor da escola.
- ✓ Quantas escolas estão sendo executadas com esse projeto??? No município fiscalizado, foram duas!!!

Sumário

- 1) Atuação da CGU nos Municípios – FEF
- 2) Atuação do TCU nos Municípios
- 3) Considerações Gerais
- 4) Principais tipologias de problemas observados pela CGU em obras de edificação
- 5) Estudo de Caso
- 6) Principais tipologias de problemas observados pelo TCU em obras**

Principais tipologias de problemas observados pelo TCU em obras

A seguir são apresentadas as principais irregularidades nas auditorias de obras e serviços de engenharia apontadas pelo Tribunal de Contas da União. O objetivo é alertar os gestores para que promovam criterioso acompanhamento de todas as etapas concernentes à realização de obra pública, primando pela correta utilização dos escassos recursos públicos existentes.

Principais tipologias de problemas observados pelo TCU em obras

Irregularidades concernentes ao procedimento licitatório

- exigências desnecessárias de caráter restritivo no edital, especialmente no que diz respeito à capacitação técnica dos responsáveis técnicos e técnico operacional da empresa;
- ausência de critério de aceitabilidade de preços global e unitário no edital de licitação;
- projeto básico inadequado ou incompleto, sem os elementos necessários e suficientes para caracterizar a obra, não aprovado pela autoridade competente, e/ou elaborado posteriormente à licitação;
- modalidade de licitação incompatível;
- obra não dividida em parcelas com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade;
- obra dividida em parcelas, porém, não respeitando a modalidade de licitação pertinente para a execução total do empreendimento;
- tipo inadequado de licitação;

Principais tipologias de problemas observados pelo TCU em obras

Irregularidades concernentes ao procedimento licitatório (cont.)

- dispensa de licitação sem justificativa ou com justificativa incompatível;
- inexigibilidade de licitação sem justificativa ou com justificativa incompatível;
- ausência da devida publicidade de todas as etapas da licitação;
- ausência de exame e aprovação preliminar por assessoria jurídica da Administração das minutas de editais de licitação, contratos, acordos, convênios e ajustes;
- não conformidade da proposta vencedora com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços máximos fixados pelo órgão contratante;

Principais tipologias de problemas observados pelo TCU em obras

Irregularidades concernentes ao procedimento licitatório (cont.)

- inadequação do cronograma físico-financeiro proposto pelo vencedor da licitação, indicando manipulação dos preços unitários de forma que os serviços iniciais do contrato ficam muito caros e os finais muito baratos, podendo gerar um crescente desinteresse do contratado ao longo das etapas finais da obra por conta do baixo preço dos serviços remanescentes;
- inadequação do critério de reajuste previsto no edital, sem retratar a variação efetiva do custo de produção;
- não adoção de índices específicos ou setoriais de reajuste, desde a data prevista para a apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;

Principais tipologias de problemas observados pelo TCU em obras

Irregularidades concernentes ao procedimento licitatório (cont.)

- participação na licitação, direta ou indiretamente, do autor do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica, pois a ele só é permitida a participação como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

Principais tipologias de problemas observados pelo TCU em obras

Irregularidades concernentes ao contrato

- divergência entre a descrição do objeto no contrato e a constante do edital de licitação;
- divergências relevantes entre os projetos básico e executivo;
- não-vinculação do contrato ao edital de licitação (ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu) e à proposta do licitante vencedor;
- ausência de aditivos contratuais para contemplar eventuais alterações de projeto ou cronograma físico-financeiro;
- não justificativa de acréscimos ou supressões de serviços;
- extrapolação, quanto aos acréscimos ou supressões de serviços, dos limites definidos na Lei nº 8.666/1993;



Principais tipologias de problemas observados pelo TCU em obras

Irregularidades concernentes ao contrato (cont.)

- alterações, sem justificativas coerentes e consistentes, de quantitativos, reduzindo quantidades de serviços cotados a preços muito baixos e/ou aumentando quantidades de serviços cotados a preços muito altos, podendo gerar sobrepreço e superfaturamento (jogo de planilha);
- acréscimo de serviços contratados por preços unitários diferentes da planilha orçamentária apresentada na licitação;
- acréscimo de serviços cujos preços unitários são contemplados na planilha original, porém acima dos praticados no mercado;
- execução de serviços não previstos no contrato original e em seus termos aditivos;
- subcontratação não admitida no edital e no contrato;
- contrato encerrado com objeto inconcluso;
- prorrogação de prazo sem justificativa.

Principais tipologias de problemas observados pelo TCU em obras

Irregularidades concernentes à execução orçamentária

- não inclusão da obra no plano plurianual ou em lei que autorize sua inclusão, no caso de sua execução ser superior a um exercício financeiro;
- ausência de previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das etapas a serem executadas no exercício financeiro em curso.

Principais tipologias de problemas observados pelo TCU em obras

Irregularidades concernentes às medições e aos pagamentos

- pagamento de serviços não efetivamente executados;
- pagamento de serviços executados, porém não aprovados pela fiscalização;
- pagamento de serviços relativos a contrato de supervisão, apesar de a obra estar paralisada;
- falta de comprovação e conferência pela fiscalização dos serviços executados;
- divergências entre as medições atestadas e os valores efetivamente pagos;
- medições e pagamentos executados com critérios divergentes dos estipulados no edital de licitação e contrato;
- inconsistências e incoerências nos relatórios de fiscalização;
- superfaturamento.



Principais tipologias de problemas observados pelo TCU em obras

Irregularidades concernentes ao recebimento da obra

- ausência de recebimento provisório da obra pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;
- ausência de recebimento definitivo da obra, por servidor ou comissão designada por autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais;
- descumprimento de condições descritas no edital de licitação e no contrato para o recebimento da obra;
- descumprimento dos prazos de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, conforme o caso, previsto no contrato e em seus termos aditivos;

Principais tipologias de problemas observados pelo TCU em obras

Irregularidades concernentes ao recebimento da obra (cont.)

- recebimento da obra com falhas visíveis de execução;
- omissão da Administração, na hipótese de terem surgidos defeitos construtivos durante o período de responsabilidade legal desta;
- não realização de vistorias dos órgãos públicos competentes para a emissão do “Habite-se”.



Centro de Iniciação ao Esporte
Municípios Selecionados

aeci@esporte.gov.br

OBRIGADO

Brasília, março/2017

MINISTÉRIO DO
ESPORTE

